

## **Cobertura jornalística no período eleitoral: os enquadramentos sobre a impugnação da chapa PSB/PT no Amapá<sup>1</sup>**

LUCENA, Larissa Cantuária<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

### **Resumo**

O presente artigo investiga os enquadramentos dados pela cobertura jornalística sobre a impugnação da coligação “Com o Povo Para Avançar” (PBS/PT) no pleito amapaense de 2018. A decisão da Justiça Eleitoral afetou a campanha de João Capiberibe ao governo e de Janete Capiberibe ao Senado, ambos do PSB. Por isso, com base na metodologia análise de conteúdo jornalística, foram levantados 72 conteúdos que se referem ao caso, nos webjornais G1 Amapá, SelesNafes.com e Diário do Amapá. Tendo como recorte o período de 1º a 31 de outubro, identificou-se quatro categorias de enquadramentos: atuação da Justiça Eleitoral, declarações do candidato João Capiberibe em relação ao caso, manifestações de aliados e opositores e crise interna no PT estadual.

**Palavras-chave:** Enquadramento; webjornalismo; eleições 2018.

### **Introdução**

No dia 5 de outubro de 2018, mantendo a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, o Tribunal Superior Eleitoral indeferiu todas as candidaturas do Partido dos Trabalhadores no estado. Com isso, a Justiça estadual anulou os votos da coligação “Com o Povo Para Avançar” (PBS/PT) no pleito daquele ano. A medida afetou a campanha de João Capiberibe ao governo e Janete Capiberibe ao Senado, ambos do Partido Socialista Brasileiro.

O artigo pretende analisar quais foram os enquadramentos dados pela cobertura jornalística sobre a impugnação da chapa PSB/PT nas eleições no Amapá. Para isso, consideramos que uma mensagem de enquadramento ou quadro (*frame*) funciona “para promover uma interpretação de uma situação ou ator problemático e (implícito ou explícito) o apoio de uma resposta desejável, muitas vezes junto com um julgamento moral que fornece uma carga emocional” (ENTMAN; MATTHES; PELLICANO,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Linha Pesquisa 2 [Jornalismo, noticiabilidade e Internet - Jonoin], realizado no Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal, nos dias 24 e 25 de julho de 2019, em Ponta Grossa-PR.

<sup>2</sup> Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com bolsa Capes. E-mail: larissacantuaria8@gmail.com.

2009, p. 177, *tradução da autora*)<sup>3</sup>. As contribuições acerca da Teoria do Enquadramento surgiram com os estudos do sociólogo Erving Goffman (2012) a partir do conceito de quadro proposto por Gregory Bateson na psicologia.

Também são válidas as análises do campo dos media (ESTEVEES, 2003) e campo jornalístico (BOURDIEU, 2011) considerando que, num ambiente gerado pelos conflitos de interesses, os meios de comunicação deixam de contribuir com a imparcialidade durante o debate político. Porém, “isto não significa que se deva descair para o conformismo, já que a mídia ‘sempre’ defenderá certos segmentos sociais, mas sim que é necessário perceber que a mudança passa pela pressão da sociedade” (MIGUEL, 2002, p. 161).

No trabalho, o recorte abrange de 1º a 31 outubro de 2018, mês em que ocorreram as eleições, levantando um total de 72 publicações dos três principais webjornais locais – G1 Amapá<sup>4</sup>, SelesNafes.com<sup>5</sup> e Diário do Amapá<sup>6</sup>. A partir da metodologia análise de conteúdo jornalística (HERSCOVITZ, 2007), identificamos a presença de quatro categorias de enquadramentos: atuação da Justiça Eleitoral, declarações do candidato João Capiberibe em relação ao caso, manifestações de aliados e opositores, e crise interna no PT estadual.

A estrutura do artigo, primeiramente, apresenta uma breve abordagem teórica sobre enquadramento. Os tópicos seguintes mostram acerca da função do jornalismo na democracia, bem como o cenário político no Amapá em 2018. Após isso, o texto expõe os procedimentos metodológicos e técnicas utilizados na pesquisa. E, para finalizar, aborda os apontamentos sobre os dados, constando a análise e interpretação das quatro categorias de enquadramentos encontradas durante o período de 31 dias.

### **Enquadramento: uma breve abordagem teórica**

Erving Goffman (2012), considerado o pioneiro nos estudos da Teoria do Enquadramento (ou *Framing*), parte da discussão estabelecida por outros autores de tradição fenomenológica – William James (“províncias de sentido”) e Alfred Schutz (“realidades múltiplas”) – para desenvolver sua articulação sobre a análise dos quadros. O autor traz o conceito de quadro (*frame*) proposto por Gregory Bateson na psicologia

---

<sup>3</sup> Tradução livre do original: “(...) to promote an interpretation of a problematic situation or actor and (implicit or explicit) support of a desirable response, often along with a moral judgment that provides an emotional charge”.

<sup>4</sup> <<http://g1.globo.com/ap/amapa/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>5</sup> <<https://selesnafes.com/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>6</sup> <<https://www.diariodoamapa.com.br/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

para a microssociologia, visando explicar que os desígnios de uma situação são elaborados “de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar” (GOFFMAN, 2012, p. 34).

Por meio da pergunta “O que acontece aqui?”, Goffman (2012) pretende resolver a questão que cada pessoa solicita para “definir situações”, respondendo com um quadro que dá sentido aos acontecimentos e que está sujeito a possíveis reorganizações ou “reenquadramentos” (SÁBADA, 2008). O quadro do sociólogo é tanto uma estrutura quanto um esquema, sendo que ambos, considerados significados separados, se somam a dois níveis, o individual e o social.

De acordo com Sábada (2008), os esquemas primários são compostos pelos quadros naturais e sociais, também havendo processos posteriores de transformação. Sendo, portanto, a partir dessa análise que Goffman (2012) introduz outro conceito-central na análise de *frames*: o termo musical “modo” (*key*). “Assim, a ‘keying’ ou modulação seria um processo de transcrição em que os quadros primários constituem a base que contém aspectos já significativos, graças aos quais podemos avançar no processo de dar sentido à aplicação de uma estrutura primária” (SÁBADA, 2008, p. 34, *tradução da autora*)<sup>7</sup>.

Com base na análise dos quadros na microssociologia, Entman (1993, p. 52, *tradução da autora*)<sup>8</sup> afirma que, no jornalismo, “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicante, de modo a promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento”. Os quadros, então, definem os problemas, diagnosticam causas, fazem juízos morais, justificam soluções para as questões e preveem seus prováveis efeitos.

Para Entman (1993), são salientados alguns pedaços de informação sobre um item, elevando-os em destaque por colocação/repetição ou associação a símbolos culturalmente familiares. Por outro lado, até mesmo aparência não-ilustrada em uma parte do texto “pode ser altamente saliente, se for compatível com os esquemas

---

<sup>7</sup> Tradução livre do original: “Así, el ‘keying’ o la modulación sería un proceso de transcripción donde los marcos primarios constituyen la base que contine aspectos ya significativos, gracias a la cual se puede avanzar em el processo de dar sentido por la aplicacacions de um marco primario”.

<sup>8</sup> Tradução livre do original: “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more saliente in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described”.

existentes nos sistemas de crenças de um receptor” (ENTMAN, 1993, p. 53, *tradução da autora*)<sup>9</sup>.

Elton Antunes (2009), por sua vez, trata da articulação entre temporalidade e notícia sob a perspectiva do processo de enquadramento no campo jornalístico. Segundo ele, os *frames* podem ser localizados no interior dos sistemas de mídia, incluindo as relações entre os jornalistas e o ambiente das redações; junto aos receptores das mensagens midiáticas; e entre os atores, grupos e organizações dos diferentes campos sociais. “Em termos de análise, os *frames* operam em níveis cognitivos e textuais ou como padrões de discursos que aparecem em uma condição pública” (ANTUNES, 2009, p. 87).

Ainda a respeito da teoria, Robert Entman, Jörg Matthes e Lynn Pellicano (2009) se preocupam com a capacidade das elites de manipular o público e a própria democracia. Os líderes políticos reconhecem a capacidade do enquadramento para moldar estrategicamente o discurso e o entendimento público e, por isso, tentam explorá-lo em proveito próprio, especialmente para promover um curso de ação futuro.

### **A função do jornalismo na democracia**

Partimos do conceito de que, à medida que a formação política da opinião e da vontade dos cidadãos orienta-se pela ideia da efetivação de direitos, ela certamente não pode ser equiparada a um autoentendimento ético-político. Desta forma, Habermas (2002) defende que o processo da efetivação de direitos está envolvido nos discursos de autoentendimento como importante elemento da política, isto é, discussões sobre uma concepção comum do que seja bom e sobre qual a forma de vida desejada e reconhecida como autêntica.

As decisões ético-políticas, consideradas tanto de um ponto de vista empírico quanto normativo, dependem da composição contingente da nação vinculada ao Poder Executivo. “A exclusão social da população de um Estado resulta de circunstâncias históricas que são externas ao sistema dos direitos e aos princípios do Estado de direito” (HABERMAS, 2002, p. 246).

Diante disso, cabe destacar a importância da democracia participativa:

Com a sua ajuda, o povo não se constitui simplesmente como eleitorado eventualmente acompanhado de constantes pesquisas de

---

<sup>9</sup> Tradução livre do original “(...) can be highly salient, if it comports with the existing schemata in a receiver’s belief systems”.

opinião política, mas como ator na política, mesmo não podendo sempre decidir de forma direta, pois a democracia direta não é nem a única forma nem a forma legitimamente superior (HÖFFE, 2005, p. 131).

A partir da argumentação de João Esteves (2003) de que, no campo dos media as funções de mediação têm maior importância e são essencialmente de ordem simbólica, analisamos que o jornalismo pode contribuir com a formação do sujeito como ator político. Portanto, tendo a palavra/discurso como bem específico, o campo jornalístico desempenha uma forte pressão em outros campos e, a respeito de produções simbólicas, no campo das ciências sociais e no campo político (BOURDIEU, 2011).

A influência mais evidente dos meios de comunicação sobre o campo político está na formação do capital político. Entretanto,

(...) não são os programas, as análises ou os produtos políticos em si que o eleitor consome, mas sim os próprios políticos que os produzem. Dessa forma, na verdade, são os sujeitos que devem ser reconhecidos como competentes para satisfazer, com tais produtos, os eleitores. Isso reforça a ideia de que se inserir no campo político depende de um reconhecimento social dessa capacidade, de uma determinada concentração, por esses sujeitos, de capital simbólico (MÁXIMO, 2008, p. 34).

Bourdieu (2011) esclarece que, embora a mudança social aconteça a partir da intervenção dos sujeitos no espaço político, não se recomenda que os jornalistas disponibilizem esse acesso. Para o autor (2011, p. 212), “eles contribuem bastante fortemente para a manutenção da fronteira, da censura que tende a excluir as maneiras não conformes à ortodoxia, à doxa do campo político”.

Luis Felipe Miguel (2002) complementa sobre o papel da mídia como a ferramenta de maior propagação das visões de mundo e dos projetos políticos, mas que seus discursos não divulgam as distintas percepções e interesses que estão presentes na sociedade. “Os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia” (MIGUEL, 2002, p. 163).

### **Cenário político no Amapá em 2018**

Em agosto daquele ano, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amapá indeferiu todas as candidaturas do Partido dos Trabalhadores (PT), justificando ausência de prestação de contas, no valor de R\$ 554 mil, do fundo partidário referente ao ano de

2015. Além disso, o pleno julgou não atendidas as exigências do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários.

Com a decisão, a legenda ficou em situação irregular junto ao TRE. Somente o pagamento da dívida poderia reverter a situação. Na época, o atual presidente do PT no Amapá, Antônio Nogueira, fez um acordo para devolver R\$ 800 mil ao fundo.

No dia 16 de setembro, o partido conseguiu liminar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que garantiu que seus candidatos pudessem participar das eleições. No entanto, no dia 5 de outubro, o TSE manteve a decisão da Justiça estadual; outros partidos também ficaram inaptos. Após isso, o TRE/AP anulou todos os votos da coligação do PT, que fazia parceria com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) na chapa denominada “Com o Povo Para Avançar”.

Pela primeira vez, um partido com condições de vencer a campanha para governo do Estado teve o registro suspenso em função da coligação apresentar irregularidades na administração do fundo partidário. Na última pesquisa Ibope<sup>10</sup> antes do primeiro turno, divulgada no dia 5 de outubro, João Capiberibe (PSB) liderava com 36%, seguido por Waldez Góes (PDT) com 24%, Davi Alcolumbre (DEM) com 24%. Cirilo Fernandes (PSL) apresentava 11% e Gianfranco Gusmão (PSTU) 1%.

Capiberibe substituiu o vice Marcos Roberto Marques (PT) por Andréia Tolentino da Silva (PSB) e conseguiu validar os votos recebidos no primeiro turno da eleição. Contudo, no segundo turno, Waldez Góes foi reeleito governador do Amapá.

A decisão da Justiça também atingiu Janete Capiberibe (PSB), esposa de João que disputava uma vaga no Senado Federal. Na referida pesquisa Ibope<sup>11</sup>, ela estava com 32%, atrás apenas de Randolfe Rodrigues (Rede), que apresentava 63%. Porém, Lucas Barreto (PTB) conseguiu ser o segundo senador eleito.

### **Procedimentos metodológicos e técnicas da pesquisa**

Na metodologia do artigo, utilizamos a análise de conteúdo jornalística (HERSCOVITZ, 2007), tendo o corpo do texto como unidade de registro, no período de 1º a 31 de outubro de 2018. Levantamos 72 conteúdos que se referem direta ou indiretamente à impugnação da coligação “Com o Povo Para Avançar” (PBS/PT) nas

---

<sup>10</sup> Ibope: Capiberibe tem 33%, Waldez 24% e Davi 24%. Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/ibope-capiberibe-tem-33-waldez-24-e-davi-24/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>11</sup> Ibope/Senado: Randolfe amplia para 63%; Janete e Lucas ainda disputam 2ª vaga. Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/ibope-senado-randolfe-amplia-para-63-janete-e-lucas-ainda-disputam-2a-vaga/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

eleições, sendo 25 do portal G1 Amapá, 25 do SelesNafes.com e 22 do Diário do Amapá. No material coletado, conforme observado na tabela abaixo, identificamos a presença de quatro categorias de enquadramentos: atuação da Justiça Eleitoral, declarações do candidato João Capiberibe em relação ao caso, manifestações de aliados e opositores e crise interna no PT estadual.

**Tabela 1 – Enquadramentos sobre a impugnação da chapa PSB/PT de acordo com os sites analisados**

<b>Enquadramentos</b>	<b>G1 Amapá</b>	<b>SelesNafes.com</b>	<b>Diário do Amapá</b>	<b>Total</b>
Atuação da Justiça João Capiberibe	8	13	14	35
Aliados/opositores	8	4	4	16
Crise no PT	8	4	3	15
	1	4	1	6
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>72</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Os conteúdos estudados sobre a impugnação da chapa PSB/PT permitiram ponderar alguns aspectos pertinentes à utilização dos enquadramentos. Avaliamos que os três sites realizam uma cobertura jornalística equilibrada no que se refere ao quantitativo de textos, visto que o G1 Amapá e SelesNafes.com apresentaram o mesmo número de matérias enquanto que o Diário do Amapá ficou atrás dos referidos veículos por apenas três matérias.

Todos os textos abordados são enquadramentos noticiosos que, segundo a classificação de Mauro Porto (2004), estão centrados no ângulo das notícias, geralmente construído pelos jornalistas. O G1 Amapá apresentou dois conteúdos que não são matérias, pois tratam-se de resumos sobre a disputa eleitoral: “Waldez (PDT) e Capi (PSB) vão para o 2º turno no Amapá; veja como foi a apuração”<sup>12</sup> (8 de outubro) e “Waldez Góes (PDT) é reeleito governador do Amapá; veja como foi a cobertura do 2º turno”<sup>13</sup> (28 de outubro).

Com exceção do enquadramento “crise interna no PT estadual”, que foi abordado uma vez no G1 Amapá, os demais enquadramentos apareceram durante oito momentos no site mencionado. O SelesNafes.com apresentou mais vezes o

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2018/ao-vivo/cobertura-apuracao-1-turno-no-ap.ghtml>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2018/ao-vivo/cobertura-apuracao-2-turno-no-amapa.ghtml>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

enquadramento “atuação da Justiça Eleitoral”, em 13 matérias, além de quatro textos com os demais enquadramentos. O enquadramento “atuação da Justiça Eleitoral” também apareceu mais vezes no Diário do Amapá, correspondendo a 14 matérias, seguido pelos enquadramentos “declarações do candidato João Capiberibe em relação ao caso”, “manifestações de aliados e opositores” e “crise interna no PT estadual”.

### **Apontamentos sobre os dados**

O enquadramento “atuação da Justiça Eleitoral” corresponde a 35 textos analisados. Na sexta-feira que antecedeu o primeiro turno das eleições em 2018, 5 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu derrubar a liminar que garantia a participação do Partido dos Trabalhadores do Amapá no pleito. O tema foi apresentado, primeiramente, nas matérias TSE indefere candidaturas do PT, e põe em risco chapa de Capiberibe<sup>14</sup> (SelesNafes.com, 5 de outubro de 2018) e “Decisão do TSE indefere registro de candidatos do PT e pode comprometer candidaturas de Capiberibe e Janete em 7 de outubro”<sup>15</sup> (Diário do Amapá, 5 de outubro de 2018).

Ambas publicações tratam que o TSE indeferiu o Mandado de Segurança que tentava derrubar a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE/AP), que negou o registro a todos os candidatos do PT por irregularidades na prestação de contas. A decisão, no entanto, poderia afetar a campanha de João Capiberibe ao governo e Janete Capiberibe ao Senado, candidatos pelo PSB. O vice de João Capiberibe, Marcos Roberto Marques, e os suplentes de Janete Capiberibe, Nunes e Sandra Almeida, são petistas.

O PT teve o registro partidário (Drap) considerado irregular por que a legenda não prestou conta de R\$ 500 mil recebidos do fundo partidário em 2015. A legenda fez um acordo para devolver mais de R\$ 800 mil, e recorreu da decisão do TRE conseguindo uma liminar. O PSB perdeu o prazo para escolher um novo vice. Pelo calendário eleitoral, essa manobra poderia ter sido feita até o dia 17 de setembro (SELESNAFES.COM, 2018).

No dia seguinte, por conta da sentença do TSE, o TRE/AP decidiu considerar nulos os votos atribuídos ao PT. O Partido Popular Socialista (PPS) e o Patriota (Patri) também estavam inaptos. Essas informações foram apresentadas nos três veículos

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/tse-indefere-candidaturas-do-pt-e-poe-em-risco-chapa-de-capiberibe/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/decisao-do-tse-indefere-registro-de-candidatos-do-pt-e-pode-comprometer-candidaturas-de-capiberibe-e-janete-em-7-de-outubro/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.



online. A matéria “No Amapá, votos para os candidatos do PT, PPS e Patri serão contabilizados como nulos, diz MP Eleitoral”<sup>16</sup> (Diário do Amapá, 6 de outubro de 2018) explica que,

segundo o TRE/AP, os nomes dos candidatos dos partidos excluídos, inclusive os integrantes de chapa majoritária, continuarão nas urnas, considerando que as urnas já se encontram devidamente carregadas. Porém, os votos a eles atribuídos, no momento da totalização, serão divulgados como zero votos. Isso não implica dizer que tais candidatos estão fora da disputa, mas apenas que os votos serão computados à parte, na condição de nulos, e cuja validade ficará condicionada ao trânsito em julgado da decisão pelo TSE (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2018).

Durante a data do primeiro turno, os referidos webjornais noticiaram que o relator do caso no TSE, ministro Og Fernandes, concedeu liminar validando os votos aos candidatos João Capiberibe e Janete Capiberibe. No portal da Globo.com no estado, a decisão do magistrado foi registrada por uma repórter de Brasília, na matéria “TSE concede liminar para permitir contagem de votos de Capiberibe no Amapá”<sup>17</sup> (G1 Amapá, 7 de outubro de 2018). Conforme anunciado no título “Waldez e Capiberibe são habilitados para o segundo turno”<sup>18</sup> (Diário do Amapá, 7 de outubro de 2018), com a contagem dos votos, revelada pelo TRE/AP após às 21h30, o pessebista iria disputar a vaga para ser chefe do Executivo com o candidato do PDT.

O partido solicitou a substituição do vice-governador por Andréia Tolentino da Silva, filiada ao PSB. Contudo, em sessão realizada nos dias 10 e 11 de outubro, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá indeferiu o pedido da legenda. A notícia foi destaque das seguintes matérias: “TRE nega substituição de vice na chapa de Capiberibe”<sup>19</sup> (SelesNafes.com, 11 de outubro de 2018), “Com placar contra, TRE suspende decisão sobre nova vice do PSB”<sup>20</sup> (SelesNafes.com, 11 de outubro de 2018) e “TRE do Amapá indefere pedido do PSB para substituir o vice na chapa de Capiberibe”<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/no-amapa-votos-para-os-candidatos-do-pt-pps-e-patri-serao-contabilizados-como-nulos-diz-mp-eleitoral/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/tse-concede-liminar-para-permitir-contagem-de-votos-de-capiberibe-no-amapa.ghtml>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/waldez-e-capiberibe-sao-habilitados-para-o-segundo-turno/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/tre-nega-substituicao-de-vice-na-chapa-de-capiberibe/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/com-placar-contrat-tre-suspende-decisao-sobre-nova-vice-do-psb/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/tre-do-amapa-indefere-pedido-do-psb-para-substituir-o-vice-na-chapa-de-capiberibe/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

Ainda no dia 11 de outubro, G1 Amapá e Diário do Amapá mostraram que o ministro Og Fernandes suspendeu o início da propaganda eleitoral do segundo turno no estado, prevista para iniciar em 12 de outubro. O SelesNafes.com noticiou no dia seguinte.

A veiculação das mídias no rádio e na TV está impedida em função da corte superior ainda não ter julgado um processo que pode alterar o candidato que disputará o governo do estado com Waldez Góes (PDT), mais votado no primeiro turno. [...] A decisão do ministro considerou que o terceiro colocado, Davi (DEM), seria prejudicado com o início da propaganda, já que existe a possibilidade dele herdar a vaga de Capi. O mérito do caso ainda vai ser julgado pelo plenário do TSE, mas ainda não tem uma data definida (G1 AMAPÁ, 2018).

Por fim, os sites trouxeram os textos de que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, no dia 16 de outubro, validar os votos recebidos por João Capiberibe e, portanto, mantendo o candidato no segundo turno. A matéria “Após impasse, TSE libera propaganda eleitoral no Amapá”<sup>22</sup> (SelesNafes.com, 17 de outubro de 2018) enfatizou que, a partir dessa determinação, a propaganda eleitoral dos candidatos ao governo do Amapá iria iniciar no dia 18 de outubro no rádio e na televisão.

Em relação à situação de Janete Capiberibe, o TSE negou a validação dos votos da candidata, já que ela não conseguiu ocupar uma das cadeiras ao Senado, conforme apontado em “TSE decide não validar votos de Janete Capiberibe na eleição ao Senado”<sup>23</sup> (Diário do Amapá, 7 de outubro de 2018). Os veículos ainda noticiaram que, no dia 19 de outubro, o Tribunal Regional Eleitoral decidiu manter o resultado da eleição ao Senado, contrariando as ações movidas pelos candidatos Ricardo Santos (PSL) e Janete Capiberibe. Segundo o G1 Amapá (2018), “a corte julgou em sessão extraordinária dois pedidos de candidatos derrotados que queriam a anulação da votação, por acreditarem em ‘instabilidade’”.

O segundo enquadramento, classificado como “declarações do candidato João Capiberibe em relação ao caso”, corresponde a 16 conteúdos. Durante o primeiro turno das eleições, os três veículos noticiaram que o candidato esperava um parecer favorável da Justiça e que, inclusive, demonstrava-se confiante em ganhar o pleito naquele dia:

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/apos-impasse-tse-libera-propaganda-eleitoral-no-amapa/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/tse-decide-nao-validar-votos-de-janete-capiberibe-na-eleicao-ao-senado/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

“Candidatos a governador votam no Amapá”<sup>24</sup> (G1 Amapá, 7 de outubro de 2018), “Mesmo com votos nulos, Capiberibe acredita em vitória no 1º turno”<sup>25</sup> (SelesNafes.com, 7 de outubro de 2018) e “Capiberibe canta vitória no primeiro turno”<sup>26</sup> (Diário do Amapá, 7 de outubro de 2018).

Após o resultado do primeiro turno, Capiberibe justificou que a decisão do TRE/AP prejudicou sua campanha ao governo. Em entrevista ao SelesNafes, quando teve os votos validados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o candidato disse:

Espero que essas injustiças não aconteçam mais, e que o TRE julgue todos os casos de maneira a resolver os problemas. Eu acho que os operadores da Justiça têm que procurar maneiras de resolver os problemas sem afetar e sem intervir no processo eleitoral, como aconteceu na véspera da eleição, causando graves prejuízos à nossa campanha”, lamentou o candidato (SELESNAFES.COM, 2018).

João Capiberibe, ainda, alegou que a Justiça Eleitoral interferiu a campanha de Janete Capiberibe. O parlamentar ponderou que, “de fato houve dois pesos e duas medidas no TRE do Amapá, que mandou anular nossos votos, criando uma dúvida na cabeça do eleitorado. Isso causou um tremendo prejuízo para nós, grave prejuízo à democracia” (G1 AMAPÁ, 2018). Embora tenha contestado o resultado, ele afirmou que o PSB desistiu de anular a eleição ao Senado, já que também atingiria o senador reeleito Randolfe Rodrigues (REDE).

Quando todas as urnas foram apuradas no segundo turno, apontando a vitória ao governo para Waldez Góes, Capiberibe atribuiu sua derrota a Justiça Eleitoral:

Nessa campanha, nós vivemos situações extremamente inusitadas. Nas vésperas das eleições [em primeiro turno], tivemos graves prejuízos diante de uma decisão da Justiça que decretou nossos votos como nulos. Com isso, a sociedade ficou atônita, sendo que os eleitores pensavam que os votos não valiam. Em vinte dias de campanha para segundo turno, nós ficamos dez dias fora”, destacou (G1 AMAPÁ, 2018).

Identificamos 15 textos com o enquadramento “manifestações de aliados e opositores”. Cirilo Fernandes, candidato a governador pelo Partido Social Liberal (PSL), foi o primeiro político a comentar sobre o imbróglio envolvendo a chapa

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/candidatos-a-governador-votam-no-amapa.ghtml>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/mesmo-com-votos-nulos-capiberibe-acredita-em-vitoria-no-1o-turno/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www.diarioamapa.com.br/cadernos/politica/capiberibe-canta-vitoria-no-primeiro-turno/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

PSB/PT. Em entrevista ao SelesNafes.com, no dia do primeiro turno das eleições, ele disse acreditar em uma grande mudança na disputa depois da decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Na campanha durante o segundo turno, Waldez Góes criticou a suspensão do início da propaganda eleitoral, justificando a demora na Justiça em apreciar o caso: “Quero repudiar esse cerceamento. Sobretudo de eu levar minha campanha à televisão e ao rádio, quando eu preservei as 48 horas que a lei determina, e já na terça-feira tudo é permitido eu fazer: as caminhadas, as reuniões, as bandeiras, o adesivaço” (G1 AMAPÁ, 2018).

O senador Davi Alcolumbre (DEM), que ficou em terceiro lugar na disputa ao Palácio do Setentrião, explicou que estava no aguardo do resultado judicial: “Está se perdendo tempo. Nós temos a data do segundo turno. Na verdade, esse impasse tinha que ser resolvido o mais rápido possível. Se possível na segunda-feira da eleição” (G1 AMAPÁ, 2018). O político também informou que não iria ingressar qualquer tipo de ação na Justiça para conseguir disputar o segundo turno, mas pretendia cumprir a determinação do TSE. O partido Rede Sustentabilidade no Amapá, que apoiou o referido candidato, divulgou um comunicado aos filiados desautorizando qualquer negociação com outros partidos antes da decisão sobre a situação de Capiberibe no pleito, mostrado no SelesNafes.com, em 14 de outubro.

Camilo Capiberibe (PSB), filho de Janete e João Capiberibe, também se pronunciou sobre a situação no SelesNafes.com e Diário do Amapá. O político, que conseguiu ser o deputado federal mais votado daquele ano no Amapá, declarou que o partido entrou na Justiça com pedido de anulação da eleição estadual para o Senado, sob o argumento de que o TRE/AP interferiu diretamente no resultado do pleito. Para ele, “excluir um partido inteiro do processo eleitoral é uma agressão à democracia. E excluir o PSB, que nada tem a ver com isso, foi uma agressão dupla” (SELESNAFES.COM, 2018).

Após o anúncio de Camilo, no mesmo dia, 11 de outubro, os dois veículos noticiaram que Randolfe Rodrigues repreendeu a atitude do PSB em tentar anular a eleição para o Senado. O Diário do Amapá mostrou que, de acordo com o senador reeleito, quem tenta alterar o resultado da vontade popular pretende interferir no jogo democrático. No SelesNafes.com, Rodrigues classificou como “típico do autoritarismo” o questionamento na justiça sobre o resultado da eleição; Lucas Barreto (PTB), que

derrotou Janete Capiberibe na disputa pela segunda vaga, concordou e disse que o Camilo deveria ser forte na derrota e humilde na vitória.

Em nota veiculada no dia 19 de outubro no SelesNafes.com, a Rede Sustentabilidade classificou as ações dos ex-candidatos Janete Capiberibe (PSB) e Ricardo Santos (PSL), para anular a eleição do Senado, como uma “tentativa de burlar a democracia”. Conforme o site, “a direção do partido chamou de ‘golpe’ a tentativa de anular a eleição para o Senado” e “considera que ‘tumultuar’ a eleição, supostamente para benefício próprio, seria uma prova de desrespeito com a soberania do voto” (SELESNAFES.COM, 2018). A matéria apresentou que, naquela data, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá rejeitou os pedidos dos dois candidatos.

Denominamos o último enquadramento como “crise interna no PT estadual”, apresentando seis textos que tratam sobre o assunto. Um dia após a decisão do TSE, o presidente do partido no Amapá, Antônio Nogueira, informou que a decisão “tem efeito temporário e não tira os candidatos petistas do pleito eleitoral, pois todos estão devidamente registrados e serão votados normalmente na urna eletrônica” (SELESNAFES.COM, 2018). Ainda segundo o político, a legenda iria recorrer ao Supremo Tribunal Federal, acreditando que a situação poderia ser resolvida até o dia da votação.

Conforme anunciado nos títulos “Sem consultar o PT, Capiberibe troca o vice e recorre ao TSE”<sup>27</sup> (SelesNafes.com, 7 de outubro de 2018) e “Nogueira reclama que não foi consultado para substituição de vice do PSB”<sup>28</sup> (Diário do Amapá, 8 de outubro de 2018), o presidente do Partido dos Trabalhadores alegou que a escolha do novo vice não foi consensual, pois não conseguiu dialogar com alguém do PSB na data do primeiro turno das eleições. Em outra matéria no SelesNafes (2018), ele afirmou, por meio de nota, que procurou preparar a legenda, mesmo sem o fundo partidário e enfrentando a intensa “anticampanha” realizada contra o partido nos dias que antecederam o primeiro turno: “Agora é nos recompormos e continuarmos a reconstrução do partido que levará tempo para se refazer de tantos ataques criminosos”.

A partir da situação gerada pelos votos nulos, no dia 8 de outubro, o PT do Amapá instaurou um processo interno contra o ex-presidente da legenda, Joel Banha, para apurar porque não houve prestação de contas em 2015. Ao G1 Amapá (2018), o

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://selesnafes.com/2018/10/sem-consultar-o-pt-capiberibe-troca-o-vice-e-recorre-ao-tse/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/nogueira-reclama-que-nao-foi-consultado-para-substituicao-de-vice-do-psb/>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

político se defendeu: “Estão querendo responsabilizar a situação do partido exclusivamente sobre minha responsabilidade. Irei provar no momento certo, minha inocência”. O SelesNafes.com também veiculou a notícia, embora não tenha conseguido entrevistar Joel Banha.

### **Considerações finais**

Após as pesquisas apresentadas por Erving Goffman (2012), surgiram estudos dando novas abordagens para a definição da Teoria do Enquadramento (ou *Framing*). Com base nisso, no jornalismo, a análise de quadros examina a seleção e relevância de certos aspectos, explorando imagens, estereótipos, metáforas, atores e mensagens.

Considerando ainda as interações entre jornalismo e política, identificamos quatro enquadramentos referentes à impugnação da chapa PSB/PT no pleito de 2018 no Amapá: atuação da Justiça Eleitoral, declarações do candidato João Capiberibe em relação ao caso, manifestações de aliados e opositores e crise interna no PT estadual. Com base na metodologia análise de conteúdo jornalística (HERSCOVITZ, 2007), levantamos um total de 72 conteúdos, no portal G1 Amapá, SelesNafes.com e Diário do Amapá, em outubro de 2018.

Os dados apontam que houve maior protagonismo das instituições oficiais, representadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral. Por outro lado, embora o imbróglio jurídico tenha sido gerado por causa da inadimplência do Partido dos Trabalhadores em 2015, a crise interna na legenda teve pouca repercussão. Os pronunciamentos dos políticos – tanto de João Capiberibe quanto de seus aliados e opositores – possuíram uma moderada ressonância em relação a quantidade de textos.

É válido lembrar que, enquanto a mídia concentra o capital simbólico sobre a produção de discurso verdadeiro, “a política concentra os instrumentos de poder institucional que determinam as alternativas possíveis dos sujeitos que estão no fim da linha do processo de decisão democrática” (MÁXIMO, 2008, p. 67). Por isso, torna-se relevante que o campo jornalístico forneça elementos que permitem que o leitor participe ou, então, consiga se qualificar diante do debate político.

### **Referências**

ANTUNES, E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan./jul. 2011.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, set/dez. 1993.

ENTMAN, R.; MATTHES, J.; PELLICANO, L. Nature, Sources and Effects of News Framing. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.). **The Handbook of Journalism Studies**. New York: Routledge, 2009.

ESTEVES, J. P. **A ética da comunicação e os media modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: Estudos de teoria política**. São Paulo: Estudos Loyola, 2002.

HERSCOVITZ, H. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HÖFFE, O. **A democracia no mundo de hoje**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MÁXIMO, H. **A influência da mídia na decisão política: uma outra interface de poder**. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, 2002.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004.

SÁBADA, T. **Framing: el enquadre de las noticias. El binomio terrorismo-medios**. Buenos Aires: La Crujia Ediciones, 2008.